

**Transformações no espaço rural de Rio Bonito-RJ: expansão metropolitana fluminense e a indução de atividades não agrícolas na segunda década do século XXI**

Antonio Carlos Lessa da Rocha<sup>1</sup>  
PPGEO-UERJ

**RESUMO**

Com o processo de reestruturação produtiva e adoção das políticas neoliberais, as grandes metrópoles brasileiras passaram por um forte processo de terciarização, como uma das consequências a metropolização do espaço, com a cidade do Rio de Janeiro não foi diferente. O presente artigo tem como objetivo central analisar as transformações no espaço rural de Rio Bonito nesta segunda metade do século XXI, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tentando identificar a contribuição da expansão metropolitana fluminense na indução de atividades não agrícolas no município em tela. Para responder essa questão foi necessário um levantamento bibliográfico de autores que discutem o espaço urbano no atual contexto de globalização e a necessidade do debate sobre interface urbano-rural.

**Palavras-chave:** metropolização; interface urbano-rural; globalização; Rio de Janeiro; Rio Bonito.

GT-13: Transformações no campo e nas cidades em um contexto de globalização

**1. Introdução**

Analisando a industrialização brasileira hoje, podemos dizer que houve um rompimento com os limites das metrópoles e ocorreu uma forte expansão populacional principalmente, em direção às Regiões Metropolitanas do país. Com o advento da globalização, a urbanização se expandiu ainda mais, não apenas quantitativamente mas também em qualidade, e no caso fluminense os novos padrões tecnológicos alteraram a dinâmica de fluxos neste território.

Segundo Randolph e Gomes (2007) a globalização e o forte processo de evolução tecnológica permite à metrópole essa nova e maior capacidade de mobilidade, pois

o caráter novo dessa mobilidade consistiria no fato de que as separações tradicionais entre trabalho, moradia, estudo, consumo e lazer – que se consolidaram a partir do advento da sociedade industrial – irão ser superadas por novas articulações e, também, novos espaços do exercício das respectivas atividades (p.61).

Portanto no passado, o desenvolvimento da urbanização e o processo de industrialização no Brasil estava vinculado às metrópoles, concentrando riqueza e pessoas (SANTOS, 1993). Com o início da reestruturação produtiva, essa força concentradora dos grandes centros se

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia

enfraqueceu e os fortes incentivos fiscais concedidos às empresas faz com que indústrias se dispersem pelo território, expandindo a urbanização. A metrópole se ressignifica, passando a apresentar funções de serviços de diferentes naturezas.

Já na metrópole do Rio de Janeiro não foi diferente, após grande desenvolvimento industrial no século XX, o que gerou uma forte concentração, podemos observar nos dias atuais, motivado pela reestruturação produtiva, a ocorrência de uma expansão da urbanização além dos limites metropolitanos.

Esse processo chamado por alguns autores do metropolização do espaço analisa esse fenômeno e apresentando novas características em tela. As metrópoles passam a ter grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, forte crescimento no setor terciário da economia, grande concentração na gestão e administração das grandes empresas, sede dos bancos (capital financeiro), centros de pesquisa, uma substituição gradual da dominação do capital industrial para o capital especulativo imobiliário, tornando o perfil da metrópole voltada para o consumo (FERREIRA *et al*, 2015).

Segundo Lencioni (2015) a metrópole passa a ser centralizadora de capital, pois devido à reestruturação produtiva e a dispersão dos parques industriais, as sedes das empresas permanecem, dando um papel central na gestão e administração de capitais. A referida autora usa o exemplo da BOVESPA que permanece na cidade de São Paulo, centralizando capitais nacionais e internacionais.

A metropolização do espaço marca as relações capitalistas para além da metrópole, incorporando as cidades médias, as pequenas e o espaço rural. Essa dinâmica da expansão da metrópole é um importante transformador no mercado do solo urbano, promovendo uma intensa valorização através da especulação imobiliária (FERREIRA *et al*, 2015).

FERREIRA *et al* (2015) menciona que:

As áreas de expansão e de investimento nas cidades (e, já agora, também em algumas áreas do campo) acabam sendo definidas pelos proprietários fundiários, pelas construtoras e pelos promotores imobiliários. O processo de metropolização tem, simultaneamente, levando ao adensamento de determinadas áreas, ao espraiamento da metrópole e às operações urbanas de renovação e de revitalização (como preferem alguns), que acabam por gerar forte gentrificação (FERREIRA *et al*, 2015, p. 17).

Analisando as relações urbano-rurais, Ferreira *et al* (2015) articula ideias sobre o papel do urbano e do rural em duas fases do capitalismo, fordismo e pós-fordismo (acumulação

flexível), onde antes existia uma forte concentração na metrópole com a mudança para a contemporânea lógica do capital promove uma dispersão.

Dentro da lógica fordista o espaço rural era definido através das práticas agrícolas, pecuária e extrativismo, expressando a divisão do trabalho entre o campo e a cidade, sendo a cidade o lugar da indústria e dos serviços. Através do processo de metropolização, as localidades rurais passaram a ter fixos espaciais típicos do urbano e a capacidade de fluxos de informações mais modernos, promovendo uma forte relação de interdependência entre o urbano e o rural.

Rua (2011) contribui para o entendimento do espaço geográfico apresentando-o como multidimensional, sendo urbano, rural, físico simbólico etc., estando em um constante movimento nas suas diversas escalas, as pessoas transitando entre o local, regional, nacional e global.

Portanto, o urbano e o rural seriam dimensões integradas na totalidade do espaço, e cada vez que avança a lógica capitalista essas dimensões se conectam uma à outra, criando uma interdependência. Com o capitalismo globalizado que vivemos na contemporaneidade, onde fluxos são cada vez mais intensos, pensar o urbano e o rural separadamente não seria condizente com a capacidade de compreender esses espaços em sua totalidade.

Um ponto importante observado por Furtado (2011) sobre a relação urbano-rural é a desconsideração dessa interação pelos planejadores, tanto do espaço urbano como no rural. Segundo a autora, dessa divisão que influenciou os diversos projetos e planos urbanos e regionais pelo mundo, não se pode pensar a cidade sem compreender os processos e estruturas rurais, assim como não podemos pensar o rural ignorando os processos urbanos.

Portanto não é possível pensar os problemas das metrópoles de forma isolada, “são resultantes de uma intrincada combinação ou interação de aspectos rurais e urbanos dos problemas, que ocorrem nas áreas periurbanas de forma mais aguda do que em qualquer outro local” (FURTADO, 2011, p. 149). É evidente em um sistema capitalista onde os fluxos e as redes são complexas e fluidas, cada vez mais importante se faz pensar nas relações urbano-rurais.

Outra contribuição importante para o entendimento da interface urbano-rural é do filósofo Henri Lefebvre. De acordo com Lefebvre (2008) a urbanização é um fenômeno em constante expansão e, deste modo a sociedade humana irá se tornar uma sociedade urbana por excelência. Com isso iremos encontrar uma submissão do rural em relação ao urbano, pois será nele que estará a centralidade da sociedade.

*O tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa perspectiva, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

Uma característica do tecido urbano é sua estrutura em rede “o tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema*” (p. 19) e em meio da “riqueza” do urbano se encontram ilhotas de ruralidade, ocorrendo assim uma relação de forte interação entre o urbano e o rural, e quanto maior for a industrialização do país, mais intensa é essa relação, pois ao se deparar com a agroindústria que controla grande parte das áreas cultiváveis, sua produção é conduzida por corporações que estão na cidade (LEFEBVRE, 2011).

Segundo Marafon (2012) o crescimento das atividades não-agrícolas promove uma nova relação campo-cidade, modificando o modo de vida e trabalho das populações rurais, chegando inclusive a modificar a forma de atuação dos movimentos sociais no campo. Essas mudanças estão relacionadas ao grande avanço da tecnologia, expandido às redes urbanas sobre as áreas rurais, a partir da comunicação e transporte.

Portanto, novos agentes espaciais passam a produzir o espaço, com a expansão da urbanização, os promotores imobiliários passam a possuir uma força econômica muito maior no espaço urbano que no espaço rural. O processo de especulação imobiliária também acaba influenciando a mudança do arranjo espacial de uma determinada localidade, bairros mais afastados da área central recebendo loteamentos de casas em antigas áreas rurais.

Após essa breve análise sobre o processo de metropolização do espaço e as contemporâneas relações urbano-rurais, irá abordar um estudo empírico da metropolização do espaço fluminense nessas duas primeiras décadas do século XXI. O objetivo principal deste artigo é analisar o processo de metropolização do Rio de Janeiro promovendo uma transformação do espaço rural do município de Rio Bonito.

## **2. Metropolização do espaço fluminense**

O Estado do Rio de Janeiro é uma das menores unidades da Federação, com uma extensão de aproximadamente 43.900 km<sup>2</sup> e, conseqüentemente, possui uma das maiores densidades demográficas do país, da ordem aproximada de 327,26 hab./km<sup>2</sup>. Esses dados geram um forte impacto na organização socioespacial do estado (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012).

Uma das consequências da forte pressão da metropolização no espaço fluminense é o predomínio do urbano sobre o rural; “Tal fato pode ser evidenciado pela mais elevada taxa de população urbana do país, da ordem de 96% de seus residentes vivendo em cidades e vilas e, deste, 81% residindo em cidades” (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012, p. 145), segundo critérios oficiais adotados pelo IBGE.

Uma das formas de espacializar a expansão da metrópole fluminense é seguindo o padrão de eixos marcados por rodovias federais e estaduais. Utilizando a tipologia, segundo Ribeiro e Cavalcanti (2012), existem quatro eixos principais de expansão da metrópole e integrados ao espaço de metropolização.

O primeiro deles possui duas rodovias importantes no estado do Rio de Janeiro, a BR-101 (norte) e RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto), partindo da cidade do Rio de Janeiro em direção ao Norte Fluminense, até atingir o município de Campos dos Goytacazes, importante região na exploração de petróleo no Brasil e na qual sua urbanização está voltada para esse setor da economia, tendo a Petrobras como sua principal representante. Neste eixo encontram-se os municípios pertencentes a Região de Governo das Baixadas Litorâneas, onde as atividades estão voltadas quase que exclusivamente para o turismo e segunda residência caracterizando-se por uma forte urbanização turística como aponta Ribeiro (2012).

O segundo eixo é cortado pela BR-101 (sul) a partir da cidade do Rio de Janeiro em direção a Região da Costa Verde, região do estado com forte urbanização turística, “capitaneado pela localização de resorts, marinas, condomínios fechados, entre outros” (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2012, p. 152).

O terceiro, não menos importante, tem na BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) a sua representatividade, importante trecho rodoviário que liga as duas principais metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo. Passando pela Baixada Fluminense, região com grande concentração populacional no estado e alcançando o Médio Vale do Paraíba chegando até o município de Itatiaia. Essas regiões possuem forte peso econômico para o estado, com grandes indústrias nacionais e internacionais, e também com a presença de atividades turísticas e de visitantes.

O quarto e último segue pela BR-040, também conhecida como Rodovia Washington Luís, partindo do Rio de Janeiro indo em direção à Região Serrana, onde encontramos o município de Petrópolis. Esse eixo se expande além dos limites do estado, passando por Juiz de Fora e chegando a Belo Horizonte, intenso em importância industrial e turística.

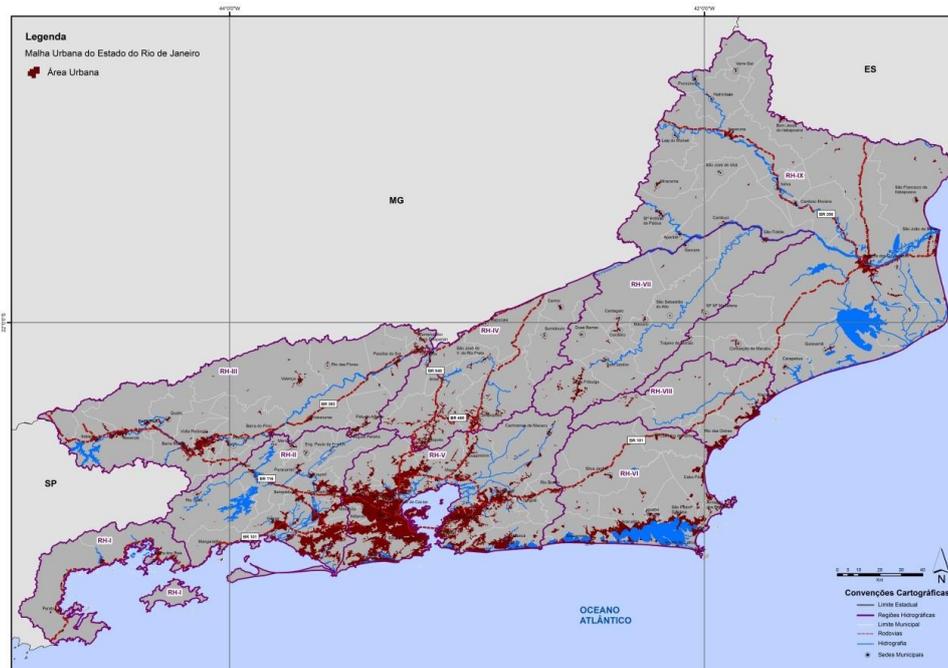
Ao comparar as duas principais metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, a expansão metropolitana ocorre de forma diferente, pois esta, possui um crescimento areolar, enquanto o Rio de Janeiro possui uma expansão reticular, como apontou Lencioni (2008).

Diferentemente da metrópole paulistana, a cidade do Rio de Janeiro possui um papel concentrador e hegemônico dentro do Estado. Segundo Alentejano (2005) durante o século XX ocorreu um enorme crescimento da urbe carioca e de seu entorno frente a um esvaziamento do interior, gerando forte dependência da capital. O interior apesar de apresentar valores absolutos pouco expressivos em relação aos totais da capital e de municípios integrantes da Região Metropolitana, vem apresentando valores relativos expressivos, influenciados pela dinâmica econômica, como apontaram Ribeiro e O’neill (2012)

Esse poder concentrador da metrópole fluminense pode ser percebido nos números de habitantes residentes, sendo aproximadamente 75% de habitantes que residem na Região Metropolitana, desse valor, 42,4% estão habitando a cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Ribeiro e Cavalcanti (2012).

No mapa 1 poderemos observar os eixos de expansão urbana do Rio de Janeiro como já mencionado.

Mapa 1 - Malha urbana do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

Ao observar o mapa 1 é possível verificar a grande concentração urbana presente na cidade do Rio de Janeiro e na periferia metropolitana, além de ocorrer um processo de conurbação entre o núcleo metropolitano e alguns municípios da baixada fluminense. É importante ressaltar que os eixos de expansão urbana estão ligados às principais rodovias do estado, a BR-101, BR-116, BR-040 e a RJ-106.

Uma grande contribuição para a expansão metropolitana fluminense ocorreu através de duas medidas importantes do Governo Federal: a primeira seria a obrigatoriedade de que 60% dos componentes da Petrobras fossem nacionais, com isso resgatando a antiga indústria de estaleiros nos municípios de Niterói e São Gonçalo. Outra medida foi a escolha do município de Itaboraí para receber um novo complexo de refinarias de petróleo. Com a criação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro é resgatada a construção do Arco Metropolitano para o escoamento da produção da refinaria até o Porto de Itaguaí, deslocando o trânsito de caminhões do interior à metrópole. Esses empreendimentos acabaram gerando uma nova dinâmica urbano-industrial abrangendo grande parte da Região Metropolitana (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Ribeiro (2012), a expansão da metrópole fluminense dentro desse circuito de petróleo fortaleceu antigas centralidades locais, onde o exemplo trabalhado pelo autor é o município de Campos dos Goytacazes<sup>2</sup>, devido à exploração na Bacia de Campos. Exercendo o papel de uma cidade média na região.

Novas centralidades locais também surgiram devido à exploração do petróleo, tendo como exemplo Macaé, principal município concentrador das empresas envolvidas na exploração da *commoditie*, reconhecida como a “capital do petróleo no Brasil”.

Um ponto a ser ressaltado, devido ao fortalecimento da indústria do petróleo no norte do Estado do Rio de Janeiro, foi uma série de emancipações que ocorreu na região com o objetivo do recolhimento de *royalties* pagos às Prefeituras como compensação da exploração do recurso natural em seu território. Esse surgimento de novos municípios foi muito facilitado pela Constituição Federal de 1988 (RIBEIRO, 2012).

Segundo Piquet (2010) alguns municípios foram criados nos anos de 1990, entre eles Armação dos Búzios, Carapebus, Quissamã e Rio das Ostras, todos recebem grande quantia de *royalties*. Sendo que Carapebus e Quissamã, antigos distritos, participaram do auge área da

---

<sup>2</sup> O município de Campos dos Goytacazes foi de grande importância no século XVIII devido à produção de cana-de-açúcar, tornando um importante centro econômico na América Portuguesa (ALENTEJANO, 2005)

produção de cana-de-açúcar no norte do Estado do Rio de Janeiro, pertencentes ao município de Macaé. Vale ressaltar que esta atividade não se extinguiu por completo, ainda existem grandes fazendas de produção sucroalcooleira na região.

Sobre a expansão metropolitana do Rio de Janeiro, Alentejano (2005) nos aponta;

Dentre os principais agentes organizadores do espaço fluminense ao longo deste século, destacam-se o capital industrial e o capital imobiliário. O primeiro foi o principal responsável pelo impulso inicial do processo de metropolização. Já o segundo foi o principal agente da crescente subordinação do capital agrário no interior do estado, assim como da expulsão maciça do campesinato do campo, exceção feita às regiões Norte e Noroeste, onde o agente central da expulsão dos trabalhadores do campo foi o próprio capital agrário, em suas metamorfoses (p.49-50).

O mesmo autor desenvolve essa temática da metropolização do espaço fluminense, analisando a evolução do espaço agrário do Rio de Janeiro e apresentando uma periodização da expansão da urbanização que se iniciou nas primeiras décadas do século XX.

Até a chegada do século XX “a organização do espaço fluminense era hegemônica pelo capital agrário e pelo capital mercantil” (ALANTEJANO, 2005, p. 51). O capital agrário muito concentrado na produção cafeeira, principalmente na Região do Vale do Paraíba, e a produção canavieira na Região Norte do estado, tendo o município de Campos dos Goytacazes como principal produtor. O capital mercantil estava ligado à presença do porto na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Alentejano (2005), o primeiro impulso ao processo de metropolização do espaço fluminense ocorre entre 1940-1964, com o início do processo de industrialização que se inicia no Brasil. Teremos o eixo da Via Dutra (BR-116), ligando Rio de Janeiro e São Paulo, como expansão da metrópole, e em 1940 se instala no município de Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

A partir da criação da siderúrgica estatal, nos municípios de Resende e Barra Mansa, se inicia um processo de industrialização ligado ao setor da indústria de base, como metalúrgicas, siderúrgicas e químico-farmacêutico. Neste período de 1940-1964 começa a ocorrer a troca do capital hegemônico na região, antes agrário e aos poucos se tornando uma burguesia industrial ligada à metrópole.

Alguns municípios que tinham grande relevância na época áurea do café, como Vassouras e Valença, passam a perder importância econômica com o desenvolvimento da indústria na região, principalmente por estarem afastados do eixo da Via Dutra. Esses municípios ficaram por muitos anos em decadência, mas encontraram como alternativa a refuncionalização

das fazendas de café, tornando-as hotéis-fazenda e aproveitando como atração turística o histórico da região.

De acordo com Alentejano (2005) o auge do projeto de metropolização do Rio de Janeiro acontece entre os anos de 1964-1980, período marcado pela ditadura militar no Brasil, a “marcha forçada” levava o país a um desenvolvimento a qualquer custo, eliminando, segundo o autor, todas as forças contrárias possíveis que pudessem atrapalhar o projeto de nação dos militares. Este avanço estaria marcado também pela alta especulação imobiliária, em muitos espaços ligados ao turismo.

Assim, tanto no caso da região do Litoral Sul, como no das Baixadas Litorâneas, vemos o avanço do duplo processo de metropolização e desruralização: metropolização porque aumenta a dependência e a vinculação destas áreas com a capital; desruralização porque os trabalhadores rurais são expulsos do campo e o projeto de ordenamento territorial vincula-se aos interesses do capital especulativo imobiliário ligado ao turismo (ALENTEJANO, 2005, p.60).

De acordo com Alentejano (2005) o início dos anos de 1980 marca uma desaceleração da expansão metropolitana no território fluminense, esse fato estaria ligado à desconcentração espacial da indústria no Rio de Janeiro, muito influenciado pelo que o autor chama de pós-fordismo.

Devido a essa nova realidade urbana no território fluminense, os municípios que tinham uma urbanização ainda pouco desenvolvida, como o município de Rio Bonito, passou a experimentar um novo modelo estrutural, avançando sobre algumas áreas rurais com infraestruturas urbanas, ou ainda com a desestruturização das atividades rurais, pois muitos trabalhadores rurais passaram a ser trabalhadores urbanos, absorvidos pelo setor de serviços ou pela própria indústria, devido à construção do COMPERJ, no início do século XXI.

A contemporânea configuração espacial e econômica do Estado promove fortes mudanças nas realidades locais, não só mais presentes na Região Metropolitana. Estamos presenciando uma forte onda de urbanização no interior do estado, atingindo novos municípios e com isso, o crescimento do Rio de Janeiro está promovendo alterações na interface urbano-rural.

### **2.1. O espaço rural de Rio Bonito: passado e presente.**

Em seu princípio, as terras que hoje formam o território rio-bonitense, eram habitadas pelos índios da tribo dos Tamoios. Hoje, pertencendo ao Estado do Rio de Janeiro, o território

que consiste ao município de Rio Bonito no início da colonização da América portuguesa, era parte da antiga Capitania Real.

Sobre o início da ocupação territorial do município de acordo com o IBGE (1959), apresentam diversas controvérsias. Uma das hipóteses, estabelece que nos princípios do século XVII, sete capitães promoveram uma série de expedições na região onde hoje se encontra o município de Rio Bonito; seus nomes eram: Gonçalo Correia de Sá; Manoel Correia de Sá; Duarte Correia Vasqueanez; Miguel Aires Maldonado; João de Castilho Pinto; Miguel Riscado; Antônio Pinto Pereira. Esses expedicionários foram responsáveis pelas primeiras ocupações de outros municípios, além de Rio Bonito, Cabo Frio, Silva Jardim, Itaboraí, Macaé, Conceição de Macabu, Quissamã, Niterói, São Gonçalo e São João da Barra também tiveram suas primeiras ocupações através desses exploradores.

A segunda hipótese nos remete para o século XVI, em que expedicionários de Américo Vespúcio foram deixados, em 1503, na praia de Cabo da Rama, correspondente hoje como parte integrante do município de Cabo Frio.

Rio Bonito teve em sua base econômica e social o desenvolvimento da agricultura, conseqüentemente a história está ligada ao espaço rural. O território que corresponde hoje ao município foi inicialmente duas sesmarias, supostamente divididas entre Pedro de Souza Pereira e Paulo da Mota Duque Estrada. Uma das primeiras atividades agrícolas desenvolvidas foi a cana-de-açúcar, mas logo a economia rural rio-bonitense passou à produção cafeeira que dominou o estado do Rio de Janeiro durante o século XIX (IBGE, 1959).

Como herança histórica do período do ciclo da cana-de-açúcar em Rio Bonito, pode-se ter como exemplo a Fazenda e Engenho Rio Seco. De acordo com o pesquisador local Dawson Nascimento, a fazenda é uma das mais antigas do município, vivenciando os “ciclos” do açúcar, café e cachaça da localidade. Sendo construída em meados do século XVIII por Manoel de Souza Couto, senhor de engenho, nascido no engenho do Pico em Itaboraí. A fazenda possui casa de residência do proprietário, os engenhos de cana e farinha, cozinha, senzalas, enfermaria para escravos e uma casa onde funcionava a escola pública, sendo o capelão da fazenda o professor.

De acordo com o IBGE (1959) após um pequeno período de atividade canavieira nas atuais Regiões Metropolitana e Baixadas Litorâneas, a economia cafeeira na então freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, gerou uma grande riqueza. Como uma das conseqüências, a freguesia foi elevada a município em 7 de maio de 1846 pela Lei Provincial

381. Outra importante transformação ocorrida no novo município foi a implementação da estrada de ferro pertencente à Companhia Ferro-Carril Niteroiense no ano de 1880.

A criação do município, como era de esperar, veio favorecer ainda mais a economia da localidade que, em 1880, recebeu novo incremento, em virtude da inauguração, a 18 de agosto desse ano, de um ramal da Companhia Ferro-Carril Niteroiense, cujo ponto terminal localizava-se, justamente, em Rio Bonito. Por essa forma, tornou-se a sede da vila um grande centro de comércio de seus produtos, e dos produtos das localidades vizinhas (IBGE, 1959, p.381).

O crescimento econômico do município naquela época esteve atrelado à capacidade que o modal ferroviário poderia suportar, pois foi por muitos anos, o único transporte ligando o interior fluminense à capital do estado, Niterói. Somente nos anos de 1950 com a construção do trecho Rio-Vitória da BR-101 que Rio Bonito passou a ter outro setor de transporte que pudesse ligar à antiga capital do estado.

A decadência do transporte ferroviário no estado do Rio de Janeiro também foi um dos fatores que contribuíram para o declínio econômico do município. De acordo com o IBGE (1959), a estrada de ferro promoveu em Rio Bonito uma centralidade local na comercialização de seus produtos e dos produtos das localidades vizinhas.

Ao analisar o histórico da atividade rural e seus impactos no território de Rio Bonito, não podemos esquecer de mencionar a presença da população negra escravizada, que veio para trabalhar primeiramente nas lavouras de cana-de-açúcar e logo depois nas fazendas de café. A participação da população negra é de grande relevância na construção histórica e populacional de Rio Bonito, como exemplo, o avô do autor deste trabalho, neto de ex-escravos que trabalharam em fazendas de café no município.

Segundo o IBGE (1959), o principal período de prosperidade econômica do município ocorreu em paralelo com a plantação de café e, como mencionamos anteriormente, utilizando a mão de obra escrava. Com a proibição da escravidão no Brasil em 1888 e libertação da população negra, as fazendas de café passaram por forte crise devido à perda da sua mão de obra.

Sofreu Rio Bonito um rude golpe em sua estrutura econômico- social, com a libertação repentina dos escravos, que mourejavam em suas terras, desorganizando-se todo o trabalho agrícola, quase que exclusivamente afeto ao negro escravizado. Agravou-se ainda mais a situação da localidade, com o prolongamento, até Macaé, dos trilhos da estrada de ferro que a servia, trecho êsse inaugurado logo após a Abolição, em dezembro de 1888, e que fez com que Rio Bonito perdesse as vantagens, não pequenas, que desfrutava pela sua condição de estação terminal, e para onde convergiam os produtos das zonas circunvizinhas (IBGE, 1959, p.381 e 382).

Com o declínio do café no Rio de Janeiro, esta atividade agrícola também entrou em decadência no município, como vimos anteriormente, muito disso devido à proibição do uso da mão de obra escrava. Após o fim do seu principal “ciclo” agrícola, os produtores passaram a ter que buscar novas opções de cultivos para sobreviver. Devido a essa necessidade, Rio Bonito começa a ganhar destaque na produção de banana e laranja no contexto do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 1959).

Como vimos anteriormente, alguns processos foram determinantes para a decadência do setor agrícola de Rio Bonito. O início do fenômeno de industrialização da cidade do Rio de Janeiro foi outro relevante fator, gerando uma grande migração das áreas rurais para a capital. Como relato desse processo, podemos incluir membros da família Rodrigues Lessa, que têm na sua gênese a agricultura no bairro de Lavras. Alguns membros dela foram para o Rio de Janeiro, Niterói para trabalhar na indústria que se desenvolvia no início do século XX.

Outro fato histórico importante é a entrada do Brasil na modernização da agricultura, tornando a atividade agrícola mais mecanizada. A partir da segunda metade do século XX, Rio Bonito passou a ser impactado indiretamente por esse fenômeno, pois, municípios do interior do Estado de São Paulo passam a aderir esse pacote de modernização na sua produção de laranja tornando o seu preço mais competitivo em relação ao que era produzido em Rio Bonito e outras municipalidades da região (FERNANDES, 2010).

Portanto, muitos agricultores começaram a se deslocar para as áreas urbanas de Rio Bonito, ou até mesmo para o Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo devido às perdas financeiras. Nos relatos da pesquisa de campo observamos a família Rocha que se deslocou no ano de 1972 da sua propriedade rural, para a área urbana do município em tela.

Para o fortalecimento teórico das transformações ocorridas no território rio-bonitense, é preciso abordar brevemente o fenômeno de modernização da agricultura. Segundo Fusco (2008), “é um reflexo da lógica capitalista de ampliar a produtividade” (p. 25), a produção agrícola incorpora uma lógica industrial, onde o tempo é primordial para a maximização do lucro.

Através da modernização da agricultura, os grandes produtores rurais tinham como objetivo aumentar a sua produtividade, diminuir os custos da produção e amenizar qualquer influência proporcionada pela natureza. Para isso foi realizado um grande investimento em tecnologia biogenética, equipamentos e capacitação profissional para se adequar à nova estrutura agrícola (FUSCO, 2008).

Em consequência indireta da modernização da agricultura ocorreu uma grande expropriação dos pequenos agricultores nos moldes da agricultura familiar. Muitos sítios e fazendas começaram a ser vendidos, com isso a área rural de Rio Bonito começou a perder sua potencialidade agrícola de épocas anteriores, passando por grande decadência produtiva. Hoje, no município, segundo dados da própria prefeitura, a produção de laranja e banana ainda persistem como principais atividades agrícolas, mesmo que ainda muito pequena, mas é possível observar atividades não agrícolas no espaço rural do município.

Com a expansão da metropolização e do fenômeno de segunda residência no Estado do Rio de Janeiro, uma parte do espaço rural de Rio Bonito passou a ganhar uma nova dinâmica ainda embrionária, com atividades não rurais. Neste momento iremos analisar o fenômeno de segunda residência e o turismo rural dentro deste contexto de transformação do espaço rural.

À guisa de ilustração através dos dados dos censos entre 2000 e 2010 do IBGE, alguns números serão analisados que demonstram essa transformação da área rural do município em tela, modificando o arranjo espacial e se aproximando de um contexto mais urbano (QUADRO 1).

Quadro 1- Residências de uso ocasional em Rio Bonito

Rio Bonito	Ano 2000	Ano 2010
Total	520	582
Urbano	205	256
Rural	315	326

Fonte: IBGE, Censos de 2000 e 2010.

Ao analisar o quadro 1, podemos perceber o predomínio de segundas residências na área rural do município e as que estão presentes no espaço urbano são destinadas para o aluguel, sendo uma complementação da renda. O aumento dessas habitações de uso ocasional no urbano, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, está atrelado à presença da construção do COMPERJ em Itaboraí.

Quadro 2- Domicílios de uso ocasional na área rural do município de Rio Bonito

Distritos	Ano 2000	Ano 2010
Rio Bonito (rural)	228	156
Bazílio (rural)	Sem informação	57
Boa Esperança (rural)	87	113

Fonte: IBGE, Censos de 2000 e 2010.

O quadro 2 registra os domicílios de uso ocasional na área rural do município. Um primeiro dado que chama atenção é a diminuição de domicílios no distrito de Rio Bonito, do censo de 2000 para 2010, em se tratando do distrito sede, devotada à urbanização, às quais atinge as áreas rurais mais próximas. Entretanto, ainda é o distrito sede que concentra a maioria das segundas residências rurais, com destaque para os bairros de Lavras, que possui também um hotel-fazenda, a Colina da Primavera e o Sambê. Esses estão no eixo da BR-101 norte, em direção ao norte fluminense.

O segundo distrito em número de residências é o de Boa Esperança, com destaque para os bairros de Boa Esperança, Catimbau, Catimbau Pequeno, Rio Seco e Três Coqueiros. Esses bairros estão no eixo da RJ-124 (Via Lagos), rodovia que tem como destino as cidades da Região dos Lagos.

O terceiro distrito em número de residências é o de Basílio, com destaques para os bairros de Basílio, Braçanã e Cachoeiras dos Bagres. Esses bairros estão no eixo da BR-101 sul, em direção ao Rio de Janeiro. No bairro que nomeia o distrito, é possível encontrar outro hotel-fazenda em Rio Bonito.

Em relação aos proprietários, de acordo com o trabalho de campo realizado, são residentes no próprio município de Rio Bonito ou possuem sua primeira residência na cidade do Rio de Janeiro, Niterói e outros. Como já foi analisado anteriormente, esses proprietários pertencem a classes com maior poder aquisitivo, sendo empresários ou funcionários públicos.

Devido a essa demanda que cresce no município de segundas residências rurais, já existem empresários que compram sítios e fazendas com infraestruturas em condições ruins, reformam e revendem, agregando maior preço à propriedade.

É importante ressaltar a singularidade do fenômeno de segunda residência em Rio Bonito, pois o município não possui vocação turística que facilitaria o desenvolvimento do referido fenômeno. Vale ressaltar a proximidade do município com a Região dos Lagos que é a principal região do estado na atividade turística e no fenômeno de segunda residência.

Iremos notar pelo desenvolvimento do artigo, que um dos fatores a promover o fenômeno de segunda residência em Rio Bonito, foi através do contato com a natureza ainda preservada no município. Essa relação entre homem e natureza, está alinhada na melhoria de infraestrutura rodoviária que liga o município à cidade do Rio de Janeiro.

Com essa transformação na área rural de Rio Bonito, onde encontrávamos fortes atividades agrícolas e, devido principalmente aos processos de industrialização e expansão urbana, o espaço rural do município sofreu fortes mudanças na sua composição.

Após esse processo, no século XXI, encontramos uma nova dinâmica espacial no rural rio-bonitense, o “vazio” produtivo que ocorreu devido aos fatores mencionados anteriormente, vem sendo aos poucos transformados por uma nova atividade que contribui para a mudança na estrutura espacial. Observamos a transformação de antigas propriedades agrícolas em segundas residências, e esta nova dinâmica espacial vem se delineando em seu território.

Devido à presença dessas segundas habitações, Rio Bonito vai se inserindo na expansão metropolitana do Rio de Janeiro. Dados iniciais da pesquisa de campo apontam que alguns proprietários desses imóveis possuem sua primeira residência em outros municípios da Região Metropolitana.

Outra importante presença de atividade não agrícola no espaço rural de Rio Bonito são as de turismo rural. Como abordamos anteriormente o turismo pode ser um importante indutor do processo de urbanização ou a introdução de aparelhos urbanos no espaço rural, de acordo com Mascarenhas (2004). Dentre as atividades turísticas no espaço rural, podemos destacar a presença de hotéis-fazenda, pousadas e pesque-pague.

Um dos bairros situados na zona rural do município, em Lavras foi observado o maior número de hotéis, pousadas e pesque-pague. Sendo um dos mais tradicionais do município, Hotel Fazenda Pedras Negras, localizado no bairro de Lavras as margens da BR-101, em direção ao Norte Fluminense. Como uma das principais estratégias do hotel é a realização de pacotes temáticos em diferentes épocas do ano, com a estratégia do escapismo dos problemas urbanos e o contato com o “natural” com passeios a cavalo.

Outra localidade que é possível destacar nas pesquisas de campo é o bairro de Cachoeiras dos Bagres, localizado nas margens da BR-101 Sul, em direção à metrópole do Rio de Janeiro. Com destaque para o Hotel Fazenda Serra do Sambê, utilizando a estrutura geomorfológica de Rio Bonito como indutor do escapismo da metrópole.

Destacamos na pesquisa de campo o Sítio Pousada Relicário, localizado no Bairro de Basílio, também na BR- 101 Sul, esta pousada foi no passado uma antiga de fazenda de cana-de-açúcar e café nos séculos XVIII e XIX. Com o fim da escravidão e a decadência da atividade cafeeira no município, a fazenda perdeu sua dinâmica econômica.

Além do atrativo da natureza no espaço rural, a pousada apresenta um elemento histórico importante para a região. Na propriedade se encontra uma das mais antigas ruínas que marca a presença do colonizador português, com a construção de uma capela em 1825, venerando Nossa Senhora da Conceição.

Neste contexto é possível observar que o processo de metropolização do espaço urbano do Rio de Janeiro foi um dos indutores na transformação do espaço rural de Rio Bonito com a presença de atividades não agrícolas.

### 3. Considerações finais

No contexto contemporâneo da globalização, as metrópoles brasileiras de acordo com Milton Santos (2012) passaram por fenômenos de implosão e explosão, incluindo o Rio de Janeiro. A partir dos anos de 1990 do século XX e sofrendo uma intensificação no início do século XXI, a metrópole fluminense se expandiu para além de seus limites promovendo fortes alterações na dinâmica espacial dos municípios.

O grau de intensidade das mudanças espaciais está em acordo com alguns fatores, como a proximidade com a metrópole; infraestrutura urbana; quantidade de habitantes nos municípios; benefícios fiscais para as empresas etc. Esses e outros fatores possibilitaram a expansão urbana da metrópole.

Respondendo à questão central deste artigo foi possível observar a expansão da urbanização sobre as áreas rurais de Rio Bonito, partindo da metrópole fluminense e, eventualmente foi modificando a realidade local, que antes era ligada ao rural com atividades agrícolas, e atualmente já podemos observar um rural com atividades econômicas não agrícolas. Muitas das fazendas e sítios perderam a atividade agrícola e se tornaram habitações para a prática de lazer e veraneio, ou conjugam estas atividades com pequenas atividades agrícolas para subsistência.

O que observamos e constatamos foi a transformação de antigas propriedades agrícolas que passaram por um processo de refuncionalização, transformando-se em propriedades para o lazer e veraneio. Como foi analisado estas propriedades passam a ser caracterizadas de segunda residência, onde os proprietários se deslocam para essas habitações em períodos específicos do ano.

Ainda se encontra em estágio inicial o fenômeno de segunda residência, em comparação a outras regiões do Estado do Rio de Janeiro. O município não está presente entre os principais

destinos turísticos e de lazer do referido Estado, principalmente devido à proximidade com a Região dos Lagos e inserido na Região Metropolitana. Mas esse fenômeno está transformando uma realidade rural por anos decadente, em uma nova organização espacial com características urbanas e com a entrada de agentes imobiliários atuando no preço da terra.

#### 4. Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A evolução do espaço agrário fluminense**. In: Revista Geographia, Niterói, ano 7, nº 13, pp.49-70, 2005.

FERNANDES, Bruno Campos. **Desenvolvimento histórico da citricultura**. Faculdade de Ciências e Letras Departamento de Economia. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

FERREIRA, Álvaro; RUA João; MATTOS, Regina Célia: **Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais: processos e dinâmicas**. In: Desafios da metropolização. FERREIRA, Álvaro; RUA João; MATTOS, Regina Célia (orgs.). Rio de Janeiro, Editora Consequência, 1ª edição, pp. 15 – 31, 2015.

FURTADO, Maria de Fátima Ribeiro de Gusmão. **Áreas de interface periurbana: desafios conceituais e metodológicos**. In: Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, pp 147-166, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume 22, Rio de Janeiro, 1959.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. 3ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. 5ª edição São Paulo: Editora Centauro, 2011.

LENCIONI, Sandra. **Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo**. Revista de Geografia Norte Grande. , v.39, p.7 - 20, 2008.

\_\_\_\_\_. **Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões**. In: Desafios da metropolização. FERREIRA, Álvaro; RUA João; MATTOS, Regina Célia (orgs.). Rio de Janeiro, Editora Consequência, 1ª edição, pp. 35-67, 2015.

MARAFON, Glaucio José. **Relações Campo-Cidade: Uma leitura a partir do território fluminense**. In: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs.) Revisitando o território fluminense IV, Rio de Janeiro, 2012.

MASCARENHAS, Gilmar. **Cenários contemporâneos da urbanização turística**. In: Cadernos Virtuais de Turismo, vol. 4, nº 4, 2004.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. **Políticas e planos territoriais nas escalas metropolitanas e regionais: análise das mudanças no Rio de Janeiro.** In.: Anais do XIV encontro nacional da Anpur, Rio de Janeiro, Anpur, 2011.

PIQUET, Rosélia. In: SANTOS, Ângela Moulin S. Penalva; MARAFON, Glaucio Jose e SANTANA, Maria Josefina Gabriel (orgs.). Rio de Janeiro: Um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Editora Gramma, 2010, p. 79-99.

RANDOLPH, Rainer; GOMES, Pedro Henrique Oliveira. **Mobilidade e expansão do Rio de Janeiro para áreas perimetropolitanas.** In: Cadernos Metrópole, nº17, 2007, pp. 59-80.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Transformações sócio-econômicas e mudanças na rede de localidades centrais no Rio de Janeiro: o papel de Campos dos Goytacazes, Macaé e Itaperuna (1966-2007).** In: Revista Espaço e Economia, Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_ e CAVALCANTI, Vera Maria d'Ávila. **Tipologia dos municípios fluminenses: o urbano e o rural em questão.** In: Globalização, políticas públicas, e reestruturação territorial. Rio de Janeiro. Editora 7 Letras, 2012, pp. 144-157.

\_\_\_\_\_ e O'NEILL, Maria Monica Vieira Caetano. **Contraste entre a metrópole e o interior fluminense a partir da dinâmica populacional.** In: GeoUERJ ano 14, nº. 23, v. 1, 1º semestre de 2012 p. 262-301

RUA, João. **Continuidade ou ruptura na expansão da metrópole para além dos seus limites formais: urbanidades no rural?** In: Expansão Metropolitana e Transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. Editora Max Limonad, 1ª edição, São Paulo, 2011, pp.186-201.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo, Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade.** 2ª edição/ 1ª reimpressão, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.